

## **DELIBERAÇÃO CONSAD Nº 008/2017**

### **Dispõe sobre a concessão de Bolsas de Estudo aos servidores da Universidade de Taubaté e da Escola de Aplicação Dr. Alfredo José Balbi.**

O **Conselho de Administração**, na conformidade do Processo R nº 017/2013, aprovou e eu promulgo a seguinte Deliberação:

**Art. 1º** A Universidade de Taubaté e a Escola de Aplicação Dr. Alfredo José Balbi possibilitarão a concessão de bolsas de estudo aos seus servidores ativos e inativos, bem como aos seus dependentes, conforme previsto no artigo 7º desta Deliberação, regularmente matriculados nos cursos de ensino fundamental, médio, profissional de nível técnico e de graduação presencial, por ela ministrados:

**I** – os servidores ativos poderão solicitar, para uso próprio, qualquer uma das modalidades de bolsa de estudo listadas a seguir, desde que tenham alcançado na última avaliação de desempenho, no mínimo, a menção “B”:

**a)** desconto de 100% (cem por cento) do valor das respectivas parcelas mensais da anuidade/semestralidade, desde que não tenha utilizado o referido benefício, que haja vagas remanescentes no curso de graduação pretendido e que esse curso não seja de período integral, observadas as seguintes condições:

**1.** para a concessão deste benefício, o servidor deverá firmar compromisso de continuar prestando serviço à Universidade de Taubaté pelo mesmo tempo igual ao da concessão do benefício, contado a partir da conclusão do respectivo curso ou da interrupção/trancamento do benefício. Caso o servidor solicite a sua exoneração, fato que o impediria de cumprir com o acordo firmado, esse servidor ficará obrigado à devolução dos valores concedidos, corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE), independente se concluiu o curso ou não.

**2.** no caso de interrupção do benefício, com posterior retorno, o período em que o servidor não se utilizou do benefício será considerado como tempo de serviço prestado para fins da compensação prevista anteriormente.

**3.** o servidor que não usufruiu ou não tiver interesse no benefício de bolsa de estudos com desconto de 100% (cem por cento), poderá transferi-lo para um dependente, uma única vez, nas seguintes condições:

**3.1** para um curso de graduação que não seja de período integral e que possua vagas remanescentes;

**3.2** o benefício seguirá o mesmo trâmite de solicitação de bolsa de estudos para dependentes;

**3.3** o solicitante deverá assinar uma declaração de cessão do benefício, bem como firmar compromisso de continuar prestando serviço à Universidade de Taubaté, pelo mesmo tempo igual ao da concessão do benefício, contado a partir da conclusão do respectivo curso. Caso o servidor solicite a sua exoneração, fato que o impediria de cumprir com o acordo firmado, esse servidor ficará obrigado à devolução dos valores concedidos, corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE), independente se concluiu o curso ou não.

**b)** desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor das respectivas parcelas mensais da anuidade/semestralidade para servidores graduados que já utilizaram o referido benefício, observada a seguinte condição:

**1.** para a concessão deste benefício, o servidor deverá firmar compromisso de continuar prestando serviço à Universidade de Taubaté, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da conclusão do respectivo curso ou da interrupção/trancamento do benefício. Caso o servidor solicite a sua exoneração, fato que o impediria de cumprir com o acordo firmado, esse servidor ficará obrigado à devolução dos valores concedidos, corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE), independente se concluiu o curso ou não.

**2.** no caso de interrupção do benefício, com posterior retorno, o período em que o servidor não se utilizou do benefício será considerado como tempo de serviço prestado para fins da compensação prevista anteriormente.

**c)** desconto de 80% (oitenta por cento) do valor das respectivas parcelas mensais da anuidade/semestralidade, para servidores graduados que já utilizaram o referido benefício, exclusivamente para os cursos de licenciatura, desde que possuam vagas remanescentes, observadas as seguintes condições:

**1.** para a concessão deste benefício, o servidor deverá firmar compromisso de continuar prestando serviço à Universidade de Taubaté pelo mesmo tempo igual ao da concessão do benefício, contado a partir da conclusão do respectivo curso ou da interrupção/trancamento do benefício. Caso o servidor solicite a sua exoneração, fato que o impediria de cumprir com o acordo firmado, esse servidor ficará obrigado à devolução dos valores concedidos, corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE), independente se concluiu o curso ou não.

**2.** no caso de interrupção do benefício, com posterior retorno, o período em que o servidor não se utilizou do benefício será considerado como tempo de serviço prestado para fins da compensação prevista acima.

**II** - os servidores ativos poderão solicitar, para uso de seus dependentes, qualquer uma das modalidades de bolsa de estudo listadas a seguir, desde que tenham alcançado na última avaliação de desempenho, no mínimo, a menção "B":

**a)** para um dependente de servidor ativo, poderá ser concedido desconto de 100% (cem por cento) no valor das respectivas parcelas mensais da anuidade/semestralidade, desde que seja o primeiro curso a ser freqüentado, em cada nível de ensino, e que haja vagas remanescentes no curso pretendido e que esse curso não seja de período integral:

**1.** para a concessão deste benefício, o servidor deverá firmar compromisso de continuar prestando serviço à Universidade de Taubaté, pelo mesmo tempo igual ao da concessão do benefício, contado a partir da conclusão do respectivo curso ou da interrupção/trancamento do benefício. Caso o servidor solicite a sua exoneração, fato que o

impediria de cumprir com o acordo firmado, esse servidor ficará obrigado à devolução dos valores concedidos, corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE), independente se concluiu o curso ou não.

**2.** no caso de interrupção do benefício, com posterior retorno, o período em que o servidor não se utilizou do benefício será considerado como tempo de serviço prestado para fins da compensação prevista acima.

**b)** para os demais dependentes de servidores ativos poderá ser concedido desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor das respectivas parcelas mensais da anuidade/semestralidade, desde que seja o primeiro curso a ser freqüentado, em cada nível de ensino:

**1.** para a concessão deste benefício, o servidor deverá firmar compromisso de continuar prestando serviço à Universidade de Taubaté, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da conclusão do respectivo curso ou da interrupção/trancamento do benefício. Caso o servidor solicite a sua exoneração, fato que o impediria de cumprir com o acordo firmado, esse servidor ficará obrigado à devolução dos valores concedidos, corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE), independente se concluiu o curso ou não.

**2.** no caso de interrupção do benefício, com posterior retorno, o período em que o servidor não se utilizou do benefício será considerado como tempo de serviço prestado para fins da compensação prevista acima.

**III** – os servidores inativos somente poderão solicitar a concessão de bolsa de estudo para seus dependentes legais, nas seguintes condições:

**a)** a bolsa de estudo só será concedida desde que seja o primeiro curso a ser frequentado, em cada nível de ensino;

**b)** no caso de concessão, o índice máximo de desconto será de 50% (cinquenta por cento) do valor das respectivas parcelas mensais da anuidade/semestralidade.

**Art. 2º** As bolsas de estudos estão limitadas aos seguintes prazos:

**I** – para os cursos fundamental, médio, profissional de nível técnico pelo tempo mínimo de duração dos mesmos;

**II** – as para os cursos de graduação pelo período de integralização do primeiro curso no qual se matriculou o beneficiado.

**Parágrafo único.** Os beneficiários que solicitarem transferência de curso, reabrirem matrículas trancadas ou retornarem ao estudo, poderão continuar a gozar dos benefícios desta Deliberação, respeitados os limites previstos nos incisos I e II deste Artigo.

**Art. 3º** Para os servidores em atividade, o benefício será requerido à Chefia imediata e juntados os seguintes documentos:

**I** – certidão expedida pela chefia imediata do servidor ativo que o autorize a pleitear o benefício de bolsa de estudo, informando que não haverá conflito entre o horário de trabalho do servidor e o período de aula do curso pretendido;

**II** - certidão expedida pela Diretoria de Recursos Humanos da Pró-reitoria de Administração, da qual constem as informações contidas nos incisos I a V do Artigo 9º;

**III** - comprovação de inscrição no processo seletivo quando se tratar de primeiro curso ou de aprovação para o próximo período letivo, quando se tratar de estudo em continuação;

**IV** - certidão de nascimento do(s) dependente(s);

**V**- certidão de casamento ou sentença judicial transitada em julgado declarando a união estável do casal, ou outro documento legal lavrado no mesmo sentido.

**§ 1º** o requerimento de que trata o *caput* do artigo, juntamente com os documentos mencionados os incisos I a V serão encaminhados à Pró-reitoria de Administração, para manifestação do Pró-reitor.

**§ 2º** para os servidores na inatividade o benefício será requerido ao Pró-reitor de Administração, juntados os documentos de que tratam os incisos III, IV e/ou V do caput deste artigo, quando for o caso, além da portaria de aposentadoria.

**Art. 4º** os benefícios de que trata a presente Deliberação deverão ser requeridos antes da matrícula para o ano letivo, ou durante o período de matrícula estipulado pela Universidade de Taubaté.

**§ 1º** considerar como o período de Matrícula para os alunos aprovados no Vestibular, a data de sua convocação pela Coordenadoria de Controle Acadêmico e para os alunos com processo de Reabertura de Matrícula a data de convocação pela Secretaria do Departamento.

**§ 2º** não sendo requerido nos períodos estabelecidos no caput deste artigo, o benefício somente será concedido a partir do mês subsequente ao do protocolo do requerimento.

**Art. 5º** A quantidade de novas Bolsas de Estudos de 50% (cinquenta por cento) destinadas a dependentes de servidores inativos será limitada, anualmente, a 5% (cinco por cento) do número de servidores inativos, arredondada para o inteiro imediatamente superior, quando for número fracionário.

**Parágrafo único.** A concessão do benefício ficará condicionada à realização de estudo socioeconômico da família do servidor, caso haja maior demanda do que o limite de bolsas a ser concedido, considerando-se o índice de carência estabelecido pela Pró-reitoria Estudantil.

**Art. 6º** O benefício concedido a dependentes não cessará, quando do falecimento do servidor, sendo estendidos até o final do curso, observados os termos gerais desta Deliberação e os critérios estabelecidos nos Artigos 1º e 7º.

**Art. 7º** Na caracterização da dependência familiar, para fins de concessão de benefício de bolsa de estudo, serão considerados como dependentes:

**I** - cônjuge: a pessoa ligada ao (à) servidor (a) pelo casamento ou pela união estável, assim declarado em certidão ou por meio de sentença judicial transitada em julgado;

**II** - filhos (as);

**III** - Enteados (as);

**IV** - Tutelados (as) ou aqueles sob guarda judicial do servidor, até o mês em que completarem a idade de 25 (vinte e cinco) anos.

**§ 1º** No caso dos dependentes elencados nos incisos II, III e IV o benefício de bolsa de estudo poderá ser concedido até o mês em que completarem a idade de 25 (vinte e cinco) anos, mantendo esse benefício respaldado pelos dispositivos previstos no Art. 2º.

**§ 2º** Nos casos de enteados a comprovação se dará através de certidão de casamento ou Escritura Pública de União Estável e documento comprobatório de dependência econômica emitida pelo INSS, Receita Federal ou Cartório de Notas.

**§ 3º** O benefício da bolsa de estudos será cancelado a partir do mês seguinte à cessação das condições de dependência ou de relação conjugal de que tratam os incisos I, III e IV do caput deste artigo, ficando obrigado o servidor a informar a Pró a reitoria de Administração, sob pena de ressarcimento dos valores e demais enquadramentos legais.

**Art. 8º** As parcelas das anuidades das bolsas concedidas deverão ser pagas nos prazos regulares de seus vencimentos.

**§ 1º** O pagamento da parcela fora do prazo regular, será acrescido de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

**§ 2º** Os bolsistas inadimplentes deverão efetuar acordo financeiro com a Universidade, até o final do ano/semestre letivo, para negociar o pagamento da dívida acumulada, com a multa e os encargos moratórios pertinentes, sob pena de não poderem rematricular-se no próximo exercício.

**Art. 9º** Não terá direito ao benefício previsto no Artigo 1º o servidor efetivo que:

**I** - não contar com exercício de, no mínimo, 03 (três) anos na Universidade ou na Escola de Aplicação Dr. Alfredo José Balbi, independente da alteração de cargos ou funções;

**II** - tiver sofrido qualquer penalidade administrativa no período compreendido entre novembro do ano anterior ao da concessão da bolsa e dezembro do ano antecedente;

**III** - tiver mais de 02 (duas) faltas injustificadas, no mesmo período mencionado no inciso II;

**IV** - estiver em gozo de licença para tratar de interesse particular;

**V** - tiver usufruído licença por motivo de doença em pessoa da família por prazo superior a 30 (trinta) dias no mesmo período mencionado no inciso II.

**Art. 10.** Perderá direito à bolsa de estudos o servidor ou dependente que:

**I** - for reprovado na série/semestre;

**II** - desistir do curso;

**III** - entrar ou estiver em gozo de licença para tratar de interesse particular;

**IV** - esteja usufruindo ou for beneficiado com outra modalidade de Bolsa de Estudo ou qualquer outro benefício semelhante, mesmo que parcial, exceto para os alunos que contratarem o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), desde que as duas modalidades não ultrapassem o valor de 100% da parcela mensal;

**V** - tenha conduta incompatível com a moral e a dignidade universitárias, bem como com seu regime disciplinar, apurada em processo administrativo;

**VI** - denegrir a imagem da Universidade de Taubaté ou de qualquer de seus cursos, através de declarações, publicações ou manifestações, apuradas em processo administrativo.

**Parágrafo único.** Na ocorrência do disposto nos incisos V e VI deste artigo, a perda do benefício será definitiva.



**Art. 11.** O benefício da Bolsa de Estudos não inclui as disciplinas cursadas em regime de dependência ou adaptação e as taxas referentes às provas alternativas, às revisões de prova e a solicitações de documentos escolares.

**Art. 12.** Anualmente, por ocasião da matrícula/rematrícula, o servidor que estiver beneficiado com Bolsa de Estudos para si ou para dependente, deverá requerer ao Pró-reitor de Administração a prorrogação do benefício, apresentando o documento relacionado no inciso II do Artigo 3º, da presente Deliberação, que será juntado ao processo original.

**Art. 13.** O benefício previsto abrangerá todas as parcelas mensais da anuidade/semestralidade do respectivo período letivo, observado o disposto nos Artigos 4º, 7º e parágrafo único do Art. 2º, da presente Deliberação.

**Parágrafo único.** A não apresentação, em tempo hábil, da documentação referida no inciso II do Artigo 3º implicará a não concessão do benefício.

**Art. 14.** A autorização para a concessão do benefício das Bolsas de Estudos constantes da presente deliberação será de competência do Pró-reitor de Administração, por delegação do Reitor.

**Art. 15.** Havendo maior número de candidatos/servidores do que o de vagas remanescentes, os critérios para desempate serão, pela ordem, os seguintes:

**I** - se for o primeiro curso a ser frequentado com o benefício;

**II** - maior tempo de efetivo exercício na Universidade de Taubaté e da Escola de Aplicação Dr. Alfredo José Balbi;

**III** - terá prioridade o servidor que estiver incluído na faixa de menor percentual de contribuição, de acordo com a tabela de base de cálculo do Imposto de Renda, em vigor, por ocasião da solicitação do benefício;

**IV** - servidor com maior idade;

**V** - compatibilidade do curso pretendido com as funções desempenhadas pelo

servidor.

**Art. 16.** Para ter acesso ao processo de concessão de bolsa de estudo, o servidor ou dependente deverá, primeiramente, efetuar a sua matrícula no curso pretendido.

**Parágrafo único.** Após o encerramento das matrículas, caso o servidor ou dependente sejam contemplados com bolsa de estudo, o valor já pago será devolvido de acordo com o previsto no art. 18.

**Art. 17.** No caso de, encerradas as matrículas, não haver vagas remanescentes, o servidor ou dependente poderá optar:

**I** - pela continuação no curso de interesse inicial, com bolsa de 50%;

**II** - pela matrícula em outro curso da mesma área de conhecimento em que haja vaga remanescente, dentro das normas da Pró-reitoria de Graduação.

**Parágrafo único.** Na hipótese da opção pelo inciso II, o valor de 50% (cinquenta por cento) pago na matrícula será devolvido.

**Art. 18.** Em qualquer caso de devolução de valores já pagos, conforme previsto nos Artigos 16 e 17, será adotado critério estabelecido pela Pró-reitoria de Economia e Finanças.

**Art. 19.** Os servidores da Funcabes (Fundação Caixa Beneficente dos Servidores da Universidade de Taubaté) e da EPTS (Empresa de Pesquisa, Tecnologia e Serviços da Universidade de Taubaté), seus dependentes e cônjuges que já tenham sido contemplados com o benefício da Deliberação Consad nº 004/2013 e que e obtiveram aprovação na série ou período, no ano letivo de 2015 e seguintes, terão seus pedidos analisados pela Pró-reitoria de Administração e, não apresentando impedimentos, conforme o Art. 8º da presente Deliberação, poderão continuar usufruindo do benefício até a conclusão do respectivo curso.

**Art. 20.** As despesas com a execução da presente Deliberação serão consideradas como abatimento nos valores das parcelas, não onerando o orçamento.

**Art. 21.** Os casos omissos serão analisados e resolvidos pelo Pró-reitor de Administração, cabendo recurso ao Conselho de Administração.

**Art. 22.** A presente Deliberação não se aplica aos servidores que possuam débitos inscritos na Dívida Ativa da Universidade de Taubaté.

**Art. 23.** Os servidores que já estejam usufruindo do benefício de bolsa de estudo, conforme previsto na Deliberação Consad nº 002/2016, poderão optar por manter as condições constantes do contrato inicial, ou poderão migrar para os benefícios constantes da atual Deliberação.

**Art. 24.** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Deliberação Consad nº 002/2016, exceto aquelas disposições que ainda venham a regular os contratos relativos aos servidores que se enquadram no Art. 23 e que tenham optado por manter as condições constantes do contrato inicial.

**Art. 25.** A presente Deliberação tem seus efeitos a partir de 1º de junho do ano de 2017.

**SALA DOS CONSELHOS CENTRAIS da Universidade de Taubaté**, em sessão plenária ordinária de 25 de maio de 2017.

**Prof. Dr. JOSÉ RUI CAMARGO**  
**Presidente**

Publicada pela SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS CENTRAIS da Universidade de Taubaté, em 30 de maio de 2017.

**Alexandra Aparecida Lobato**  
**Secretária dos Órgãos Colegiados Centrais**